Revista Espaço Acadêmico - Nº 129- Fevereiro de 2012 - Mensal - ANO XI
DOSSIÊ: JUVENTUDE & SOCIEDADE (Orgs.: Nildo Viana & Flávio Sofiati) - ISSN 1519-6186

Juventude trabalhadora: algumas razões para a não sindicalização

Anderson Campos*

Resumo: O artigo busca apresentar duas razões para a reduzida taxa de filiação de jovens às organizações sindicais de trabalhadores. Sustenta que a manutenção do padrão de inserção ocupacional extremamente precarizado e a influencia da cultura do novo capitalismo são fatores fortemente limitadores para a sindicalização de jovens trabalhadores.

Palavras-chave: mercado, trabalho, cultura, sindicato, inserção ocupacional.

O período de hegemonia política e econômica do neoliberalismo no Brasil foi marcado pela diminuição da renda dos salários, do aumento do desemprego e pela mais profunda mercantilização dos direitos sociais já ocorrida em nosso país. Com efeito, ocorreu o rebaixamento do nível de vida das famílias ao mesmo tempo em que aumentou o custo de vida, uma vez que o acesso a direitos básicos foi profundamente mercantilizado, bem como novas necessidades surgiram, pressionando o orçamento familiar. Essa condição social forçou adolescentes e jovens a buscar trabalho como forma de sobrevivência coletiva (CAMPOS, 2010).

O resultado é a constituição de um tipo de força de trabalho mais desqualificado e com menor experiência. Foram os jovens oriundos de famílias de mais baixa renda os principais afetados pelo fenômeno do dessalariamento. Passaram a sofrer, portanto, maior exclusão dos benefícios da legislação social e trabalhista (POCHMANN, 2005).

Desde 2003, quando inicia-se a reversão do quadro negativo do mercado de trabalho brasileiro, desenvolve-se certa recuperação das taxas de sindicalização no país. No entanto, o mesmo não ocorre com a parcela jovem desse mercado, que permanece com sua taxa de sindicalização estagnada. O presente artigo sugere que dois fatores são preponderantes para tal: a não alteração do padrão de inserção ocupacional da juventude, extremamente negativo e a supremacia da cultura do novo capitalismo sobre o comportamento dos jovens.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução. Na primeira seção, é tratada a dinâmica da sindicalização na história brasileira e a especificidade da filiação de jovens aos sindicatos. Na segunda seção, são apresentadas, de forma sintética, algumas características centrais para definir o padrão de inserção ocupacional de jovens no país. A terceira seção procura discutir a influência da cultura do novo

capitalismo sobre o padrão de comportamento político da juventude, tratado aqui como limitador para construção de identidade de classe.

1. Sindicalização no Brasil e filiação sindical de jovens

O comportamento das taxas de sindicalização possui relação direta com o contexto de mudanças no perfil do mercado de trabalho. No caso brasileiro, as taxas de sindicalização têm sido crescentes desde que o país optou pela industrialização nacional e pela urbanização, nos anos 1930. O Estado assumiu, então, o papel de promotor do desenvolvimento nacional, construindo as bases para constituição de uma economia industrial e urbana. Assim, houve um processo de estruturação do mercado de trabalho e progressiva ampliação dos protegidos pela legislação trabalhista.

A classe trabalhadora que emerge nesse processo está, portanto, adequada à sindicalização e passa a ter a negociação coletiva de trabalho como a forma mais legítima para lograr conquistas e a manutenção de direitos e ganhos econômicos.

O crescimento do poder sindical só é interrompido com o golpe militar de 1964. A ausência de liberdades democráticas atingiu em cheio o principal instrumento da classe trabalhadora para a ampliação de direitos e ganhos econômicos. Por mais que o período tenha sido marcado por crescimento econômico, os anos da ditadura militar demonstraram patamares recordes de desigualdade social. A impossibilidade de ação dos sindicatos evitou o aparecimento de reivindicações de reajustes salariais e de outros mecanismos que afetariam diretamente a distribuição de renda (HENRIQUE, 1988).

Após o período autoritário, as taxas de sindicalização voltam a crescer a patamares tão superiores aos anos de regime militar que, entre 1979 e 1989, atingiu o patamar de quase 1/3 dos ocupados do país (POCHMANN, 2007)

A década de 1990, por sua vez, foi marcada pelo ajuste neoliberal, responsável por níveis recordes de desemprego e elevação acelerada dos índices de trabalho informal, o que impactou negativamente as taxas de sindicalização do período. De acordo com Pochmann (2007), de 1992 a 2002 sofremos uma queda de quase 18% na taxa de sindicalização.

As profundas mudanças em nossa economia e no papel do Estado afetaram diretamente o perfil do mercado de trabalho: privatizações, terceirizações no setor público, maior flexibilização trabalhista, surgimento de novas formas de contratação. Para Krein (1999), as alterações impostas às relações de trabalho foram adequadas ao ajuste neoliberal. O autor conclui que o conjunto das medidas do Governo FHC para alterar as relações de trabalho

> (...) modifica direitos existentes na legislação e o próprio papel do Estado na sociedade, particularmente no âmbito do conflito entre capital e trabalho, assim como indica novas perspectivas e limitações para o processo de negociação coletiva e, conseqüentemente, à ação e organização sindical (KREIN, 1999: 278).

As mutações sofridas na estrutura do trabalho no Brasil foram fruto de escolhas políticas, como instrumento do ajuste neoliberal dos anos 1990 (TAVARES, 1998). Os impactos sobre a capacidade da ação sindical foram diretos: caiu a taxa de sindicalização no período. A pressão pela flexibilização

dos direitos trabalhistas obteve mais vitórias do que a capacidade de resistência sindical. Tratava-se de adequar o mundo do trabalho (leis flexíveis e sindicatos frágeis) à imposição da inserção brasileira na globalização capitalista.

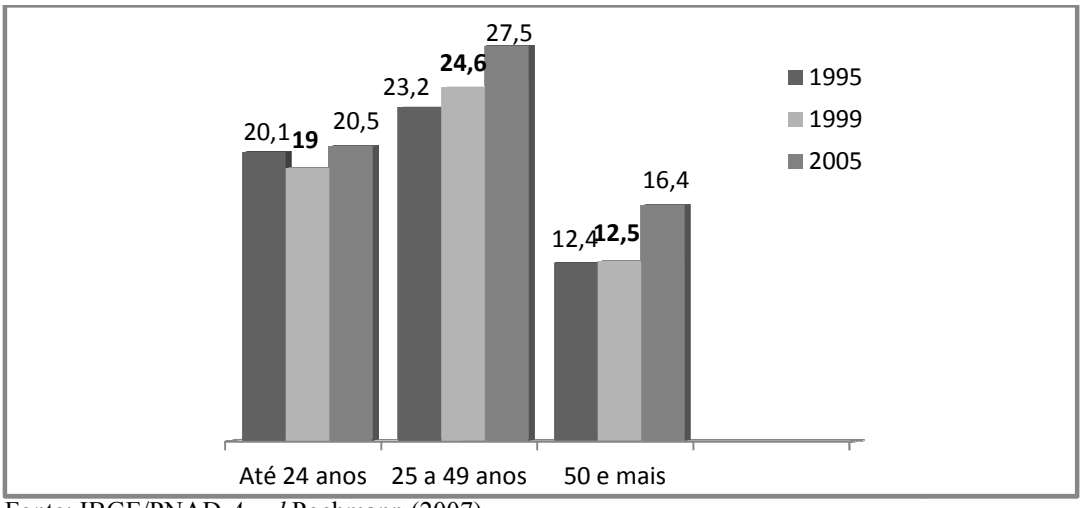
Cardoso (2003) constata que o número de filiados cresceu onde houve crescimento do emprego, ocorrendo o inverso onde houve queda no emprego (CARDOSO, 2003: 227). Se pensássemos a dessindicalização como um problema exclusivo da organização sindical (crise de representação, de orientação política, de falta de estratégia), incorreríamos no erro de não verificar a sua relação com o contexto do mercado de trabalho (CAMPOS, 2007).

A recuperação do emprego e das taxas de sindicalização é retomada na primeira década dos anos 2000, mesmo que de maneira leve, possibilitada por um contexto favorável. No período compreendido entre 1999 e 2005, percebeu-se uma expansão de 13,7 milhões de novos ocupados com carteira, entre os quais foram detectados 4,2 milhões de novos sindicalizados. "Ou seja, a cada 100 trabalhadores que encontravam uma ocupação, 31 terminaram sendo sindicalizados" (POCHMANN, 2007: 17).

Esse contexto favorável impulsionou a recuperação dos índices de filiação sindical. Em 2005, verificou-se um aumento de 15,7% na taxa nacional de sindicalização comparada com a de 1998. O percentual de sindicalizados sobre o total de ocupados no país em 2005 era de 18,4% - em 1998 representava 15,9% (POCHMANN, 2007).

No entanto, a sindicalização de jovens trabalhadores/as permaneceu estagnada. Houve crescimento considerável em todas as faixas etárias acima de 24 anos. O Gráfico 1 apresenta a elevação das taxas de sindicalização em um período de dez anos (1995 a 2005).

GRÁFICO 1 | Brasil: evolução da taxa geral de sindicalização por faixa etária (em % da ocupação total)



Fonte: IBGE/PNAD *Apud* Pochmann (2007)

A quantidade de jovens com até 24 anos filiados a sindicatos cresceu apenas 2%. Quando comparamos com as outras colunas, as demais faixas etárias

apresentam crescimento considerável. No caso da última faixa etária (50 e mais), de 1995 a 2005 houve uma elevação de 32,2% no número de sindicalizados. Apenas a juventude trabalhadora com até 24 anos não apresenta crescimento considerável nesse período.

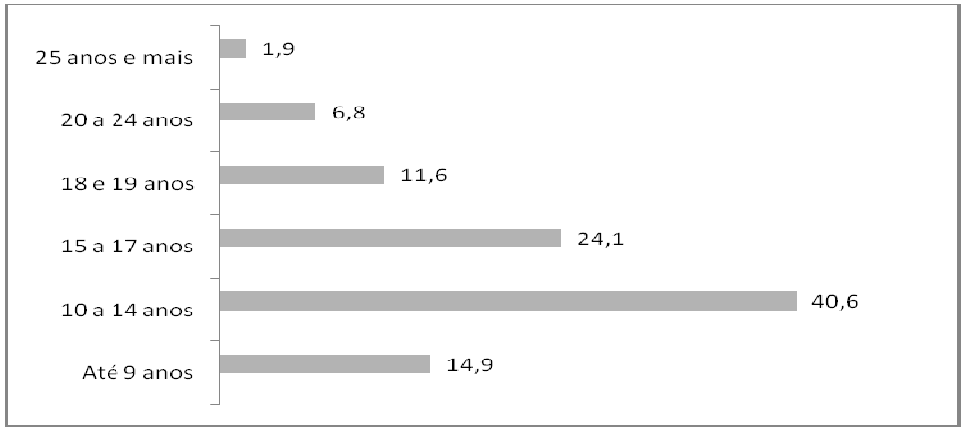
A situação dos/as jovens trabalhadores/as é sintoma da desestruturação do mercado de trabalho. Esse processo transforma-os no segmento mais vulnerável. Por conseguinte, sua filiação sindical é a mais frágil, mesmo no momento de recuperação das taxas de sindicalização.

É preciso compreender quem é esse jovem, seus modos de vida e suas perspectivas, para, assim, construir as ferramentas mais adequadas para uma estratégia de filiação. O conceito de padrão de inserção ocupacional ajuda-nos a verificar a situação da juventude trabalhadora no atual mercado de trabalho. Significa traçar a trajetória predominante do segmento juvenil da população em idade ativa (PIA) em sua transição da condição de inatividade para o mundo do trabalho (POCHMANN, 1998).

2. O padrão de inserção ocupacional da juventude

A inserção ocupacional dos jovens sofreu alterações profundas nas décadas de 1980 e 1990. Nas economias centrais e na periferia do capitalismo mundial são observados os sinais de piora no que diz respeito à integração dos jovens no mundo do trabalho (POCHMANN, 1998). As pessoas de 15 a 29 anos de idade constituem o segmento etário mais afetado negativamente pelo processo de flexibilização das relações de emprego e pelo crescimento do desemprego aberto. Quanto menor a idade de ingresso, mais precária é a relação de trabalho e maior é a sua exploração (CAMPOS, 2010). Mais do que a metade dos trabalhadores brasileiros começou a trabalhar antes da idade legalmente permitida para o ingresso no mercado de trabalho.

GRÁFICO 2 | Distribuição dos ocupados pela idade em que começaram a trabalhar – Brasil 2006 (em %)



Fonte: DIEESE (2008), Anuário dos Trabalhadores. Com base na PNAD 2006. *Apud* Campos (2010)

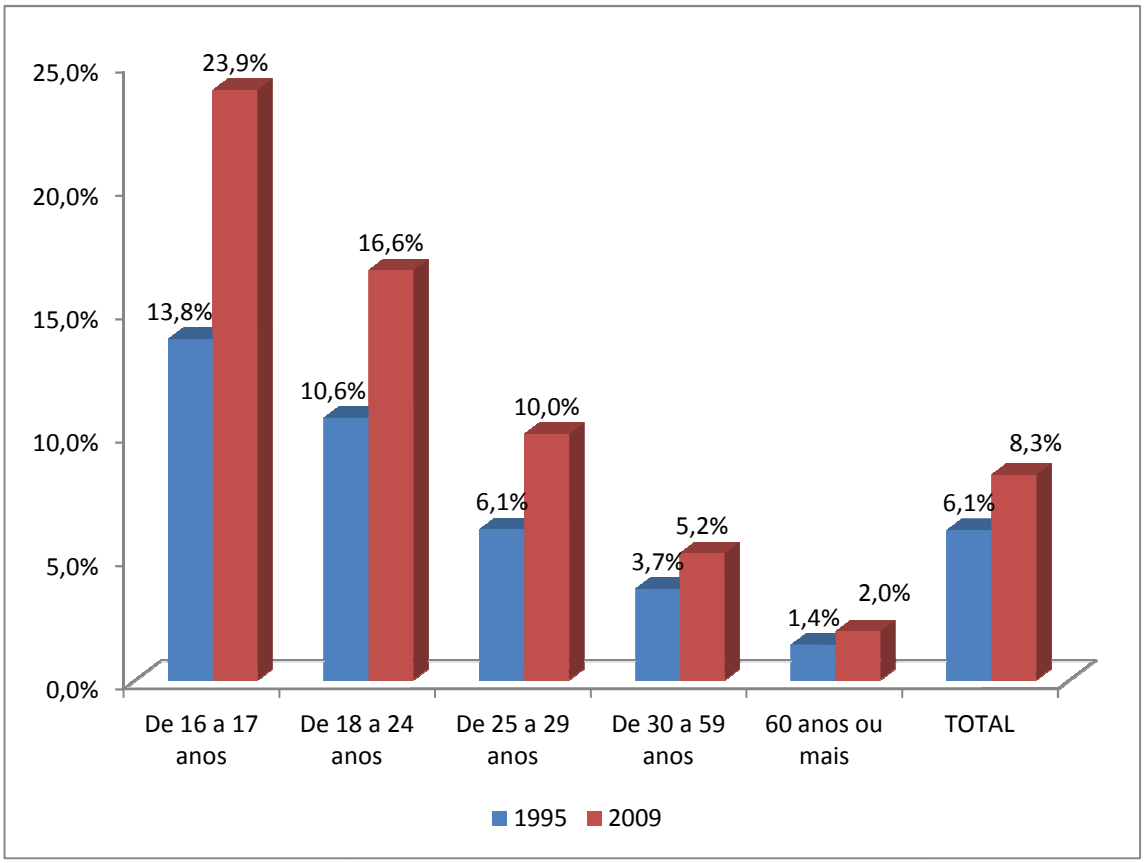
A sistematização de diversos estudos sobre a situação da juventude no mercado de trabalho brasileiro está apresentada em Campos (2010), que recorre a seis características fundamentais para explicar o padrão de

inserção ocupacional dos/as jovens brasileiros/as.

Em primeiro lugar, o desemprego é a marca mais contundente da inserção de jovens no mercado de trabalho no Brasil. A redução do desemprego, verificada nos anos recentes, não tem atingido da mesma forma a juventude trabalhadora. Jovens negros de 16 a 24 anos, por sua vez, representam a grande maioria dos jovens desempregados (55,9%) nas regiões metropolitanas (DIEESE, 2008).

GRÁFICO 3 | Taxa de desocupação por faixa etária, Brasil, 1995 e 2009, em %

Fonte: Microdados PNAD 1995 e 2009 (última disponível)



Em segundo lugar, os vínculos de trabalho são mais frágeis para o contrato de jovens. A flexibilização dos contratos de trabalho favorece o estabelecimento de relações disfarçadas de emprego. É disfarçada porque, apesar da contratação não ser realizada por um contrato de trabalho regular, mantém a subordinação nas relações de emprego, mas com menor proteção social, porque dribla a regulamentação do emprego vigente no país (KREIN, 2007: 159).

A terceira característica são as longas jornadas de trabalho a que são submetidos os/as jovens. O percentual de trabalhadores jovens que exercem uma jornada de trabalho semanal acima da legalmente permitida (44h) alcança 37,% (DIEESE *apud* CORROCHANO et al, 2008). A consequência mais imediata é não conciliação entre

trabalho e estudo. Apenas 15% dos jovens que trabalham conseguem conciliar com os estudos. Os que conseguem conciliar acabam dedicando praticamente todo o tempo de vida ao trabalho e ao estudo, sendo o tempo livre apenas residual (CARDOSO, 2009).

A quarta característica é o trabalho doméstico, imposto particularmente às jovens mulheres. O trabalho doméstico remunerado é uma das principais formas de inserção ocupacional das jovens no mercado de trabalho (OIT, 2007). Já o trabalho doméstico não remunerado é a principal ocupação das jovens que não estudam e que não estão no mercado de trabalho (trabalhando ou procurando trabalho). Estão condicionadas ao trabalho reprodutivo – familiar e de cuidados. O crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho não reduziu o tempo que elas dedicam às tarefas domésticas, sendo que 94% delas executam trabalho doméstico não remunerado (BRASIL, 2007).

A quinta característica é a situação da saúde do trabalhador. Em 2007, cerca de 40% dos acidentes de trabalho registrados na Previdência Social vitimaram pessoas com até 29 anos de idade. Sendo obrigadas às piores condições de trabalho e dada a ausência de mecanismos fortes de proteção social, a juventude trabalhadora está cada vez mais sujeita a acidentes e doenças provocadas pelo trabalho (CAMPOS, 2010: 45).

Por fim, a sexta característica é a baixa remuneração consequência do grau de precarização dos postos de trabalho ocupados por jovens. Se o principal motivo de sua entrada no mercado de trabalho é a possibilidade de complementar a renda familiar, "aceita-se" a remuneração que lhe é oferecida. Esse/a jovem não está em condições de impor negociação nem tem informações suficientes para tanto.

A cultura do novo capitalismo

A juventude tornou-se alvo principal do projeto societário dominante, tensionando-a para reprodução da sociedade de mercado. Tal tensionamento pressiona homens e mulheres a se deixar seduzir pela propaganda de mercadorias, a assumirem uma identidade flexível – conciliável, portanto, às novas relações de trabalho – e a submeterem suas vidas às sensações, organizando-a de acordo com as satisfações imediatas. Costa (2004: 76) compreende que esse modo de comprometer-se apenas com aquilo que é imediato acaba por excluir as satisfações que exigem projetos de longo prazo.

Os sistemas de produção flexíveis possibilitaram imensamente a aceleração do ritmo de inovação das mercadorias. Mas, para que essa aceleração da produção pudesse garantir o giro do capital, foi necessário reduzir drasticamente o tempo de consumo das mercadorias (HARVEY, 2008: 148). A forma encontrada, segue Harvey, foi a diminuição do tempo de duração da mercadoria. Criar, ininterruptamente, novas necessidades de consumo tornou-se a regra básica. A importância dada às modas fugazes e à mobilização dos mais diversos artifícios para induzir novas necessidades resultou em fortes impactos culturais. Para o autor, essa mudança é baseada na "instabilidade de uma estética que celebra a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais".

Viver a juventude passou a significar viver apenas o presente. A sensação da vida que é vivida no imediato, descomprometida com planos, é

compatível com o consumo de mercadorias de vida curta. Assim como a adolescência, as mercadorias também passaram a ficar obsoletas em tempos cada vez mais curtos. A imagem da juventude, como bem analisa Fontenelle (2002), foi apuradamente mercantilizada. A imagem da juventude tornada ela própria uma mercadoria, poderia ser vendida e comprada por adultos e idosos. A cultura jovem foi integrada à produção de mercadorias em geral, processo intensificado conjuntamente com o uso da propaganda e da publicidade pela concorrência empresarial.

O poder midiático e da cultura de massa, a educação voltada para a competitividade, a cotidiana quebra de laços de solidariedade, dentre muitos outros, são ferramentas bastante poderosas e eficazes para a adaptação. Se a organização sindical é decorrente da solidariedade de classe, a ausência desta põe em risco a vitalidade da ação coletiva de trabalhadores e trabalhadoras.

A dificuldade de planejar iniciativas de atração de jovens para ações sindicais tem relação direta com a forma de organização e com o conteúdo das pautas de reivindicação sindical. Tem relação, acima de tudo, com as possibilidades de identificação coletiva a partir do resgate de laços de solidariedade desde sua condição de classe. As direções sindicais podem optar entre resguardar o formato atual de representação ou incrementar a ação sindical com sindicalismo militante renovado, capaz de atrair a imensa massa de jovens trabalhadores a partir de uma identidade de classe profundamente enraizada (CAMPOS, 2007; 2010).

Se, por um lado, o padrão de inserção ocupacional é um limitador forte para a sindicalização de jovens, por outro, a influência da cultura do novo capitalismo sobre o comportamento juvenil apresenta-se como obstáculo importante mesmo aos jovens em melhores condições no mercado de trabalho.

Referências

BRASIL. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da PNAD de 2001** *e 2005*. Brasília: IBGE, 2007;

CAMPOS, A. De portas fechadas: limites para a sindicalização de jovens. In: BERNARDO, P. C. (Org.). **Juventudes em debate: Sindicalismo e mercado de trabalho.** São Paulo: CUT, 2007.

_____. **Juventude e Ação Sindical: crítica ao trabalho indecente.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2010.

CARDOSO, A. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, A. C. M.. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho**. Disputas em torno da jornada do trabalhador. São Paulo, Annablume, 2009.

CORROCHANO, et al., M. C. **Jovens e trabalho no Brasil:** desigualdades e desafios para as políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa, Instituto IBI, 2008.

COSTA, J. F. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAES, R. & VANUCHI, P. (org). **Juventude e Sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

DIEESE. **Trajetórias da juventude nos mercados de trabalho metropolitanos. Mudanças na inserção entre 1998 e 2007**, 2008.

_____. **Mercado de Trabalho e o desafio da organização sindical**. São Paulo: CUT, 2011.

FONTENELLE, I. A. **O nome da marca**. McDonald´s, fetichismo e cultura descartável. São Paulo: ed. Boitempo, 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17ª edição. São Paulo: Loyola, 2008.

HENRIQUE, W. Questão social e políticas sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Economia e Trabalho**: textos básicos. Campinas: Unicamp, IE, 1998.

KREIN, J. D. Reforma no sistema de relações de trabalho no Brasil. In: **Emprego e desenvolvimento tecnológico:** artigos dos pesquisadores. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 1999.

_____. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil**, 2007. Tese (Doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

OIT. **Trabajo decente e juventud:** América Latina. Lima: Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2007.

POCHMANN, M. **Inserção ocupacional e o emprego de jovens.** São Paulo: ABET, 1998.

_____ . Educação, trabalho e juventude: o dilema brasileiro e a experiência da prefeitura de São Paulo. In: ABDALA, E. et al. (Coord.). **La inclusión laboral de los jóvenes: entre la desesperenza y la construcción colectiva**. Montevidéu: CINTERFOR, 2005.

_____. **A sindicalização no emprego formal terceirizado no Estado de São Paulo**. Campinas: Sindeepres, 2007.

TAVARES, M. C. A economia política do Real. In: MERCADANTE, A. (Org.). **O Brasil Pós-real.** Campinas: Unicamp, 1998.

* **ANDERSON CAMPOS** é Sociólogo pela UFRN, Especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo pelo Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho, da Unicamp, autor do livro Juventude e Ação Sindical: crítica ao trabalho indecente (Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2010).